

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL

Estudo Técnico Preliminar 34/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23421.005157.2024-51

2. Descrição da necessidade

- 2.1. A contratação, de forma continuada, dos serviços de direção veicular é indispensável à instituição como um todo (Reitoria e seus campi/unidades) em virtude da frequente necessidade de deslocamento de servidores no exercício de suas atividades funcionais, sejam em viagens administrativas ou acadêmicas. Tais serviços também proporcionam condições para a realização de aulas de campo e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 2.2. Embora sejam essenciais os serviços objeto da contratação visada, em todo o seu quadro funcional, o IFRN dispõe de apenas 3 (três) servidores lotados no Campus Natal-Central e 1 (um) servidor lotado no Campus Mossoró para realizar este tipo de tarefa, o que se torna insuficiente, tendo em vista a alta demanda de solicitações. Ademais, o cargo de motorista, que é a categoria funcional correlata a este tipo de serviço, foi extinto no serviço público há vários anos (Lei nº 9.632/1998). Assim, como não é possível a contratação por concurso público do cargo relacionado ao objeto desta contratação, faz-se necessária a contratação destes serviços sob o regime de execução indireta.
- 2.3. Algumas unidades estão com o contrato derivado de uma dispensa emergencial (Natal-Central, Reitoria, Lajes, Parelhas, Polo de Inovação de Currais Novos) e outros campi (Natal Zona-Leste e Ceará-Mirim) estão com sua vigência para expirar brevemente. Portanto, deverá ser realizada uma nova licitação para contratação de serviços de direção veicular para estas e demais unidades do IFRN. Além desta necessidade, há a decisão institucional por parte da Pró-Reitoria de Administração por se fazer um teste com um único contrato administrativo para determinados serviços, contemplando todo o IFRN, iniciando com o de direção veicular.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Limpeza e Urbanismo do campus Natal-Central	Esmaleini dos Santos Borges

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Os requisitos da contratação serão demonstrados no item 5 do Termo de Referência.
- 4.1.1. A opção por não transcrever a documentação neste documento tem o objetivo de racionalizar a produção dos documentos relativos ao planejamento da contratação e minimizar o risco de informações conflitantes, bem como de redundância, entre estes documentos.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Em relação ao serviço de deslocamento oriundo de demandas institucionais, a partir de um levantamento no mercado, chegou-se as seguintes soluções possíveis objeto pretendido nesta contratação:
- 5.1.1. Opção de Solução 01 - TAXIGOV: Esta é considerada uma opção bastante inovadora no mercado. Ela funciona de maneira similar ao serviço privado por aplicativo (UBER, por exemplo), no qual o usuário, a partir de uma necessidade de deslocamento, solicita uma viagem junto ao aplicativo e ele mostra as opções de locomoção e o seu valor. O TAXIGOV é regado por meio do Decreto 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, mas ainda está em fase de implementação em várias cidades brasileiras. No IFRN, essa opção de locomoção foi testada na região metropolitana de Natal-RN, por meio do Contrato n. 58/2021, resultando em uma experiência não muito exitosa devido a questões operacionais, conforme consta no processo 23421.0023201.2020-74, o que levou à não renovação do contrato. Dessa forma, devido ao insucesso desta solução na região metropolitana, e considerando que os campi do IFRN estão localizados em várias microrregiões do Rio Grande do Norte, descarta-se esta opção de solução para o serviço pretendido, por entender que ela não teria condições de funcionar de forma satisfatória e ilimitada nas regiões de abrangência dos campi.
- 5.1.2. Opção de Solução 02 - Locação de veículos com motorista: Essa opção parece bastante prática, uma vez que o serviço de locação de veículos está bastante difundido no mercado nacional. No entanto, ela parece desvantajosa para nós numa primeira análise, uma vez que já temos uma frota de veículos para uso imediato, envolvendo carros de passeio e veículos pesados, como ônibus. Dessa forma, contratar a locação de veículos com motoristas

não é uma opção vantajosa, pois a nossa frota ficaria ociosa. Além disso, em nossa frota há ônibus exclusivo para uso em zona rural, sendo difícil a locação deste tipo de veículo. Ademais, vale salientar que em algumas cidades onde estão localizados os campi o serviço de locação de veículo não está disponível no mercado, o que implicaria na contratação de uma empresa de outra cidade, o que prejudicaria o atendimento imediato e ágil a solicitações de viagens curtas para afazeres diários das atividades administrativas e/ou acadêmicas. Assim, pelos motivos apresentados, descarta-se também esta opção de solução para o serviço pretendido.

5.1.3. Opção de Solução 03 - Contratação do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e os insumos necessários para a prestação do serviço: Esta opção já é conhecida pelos campi que participam desta licitação, pois é usada atualmente por eles. Ela tem gerado os resultados esperados e atendido as necessidades de transporte para as atividades administrativas e acadêmicas. A sua principal vantagem é a questão do atendimento imediato das solicitações de transporte, uma vez que o serviço envolve a disponibilidade de mão de obra com dedicação exclusiva. Além disso, a concessão de diárias proporciona flexibilidade para a realização de viagens mais longas, as quais necessitam de pernoite, por exemplo. Quanto aos valores mensais dos insumos necessários para a prestação de serviço, eles serão acrescidos na planilha de custo e formação de preço da categoria, de modo a cobrir essa despesa. Os valores obedecerão aos preços praticados no mercado, com base nos valores estimados, definidos por pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, ou em sites de referência, quando não encontrado naquele. Dessa forma, esta opção de solução se mostra vantajosa para o serviço pretendido, uma vez que as experiências anteriores mostram que ele oferece flexibilidade, agilidade e rapidez no atendimento das necessidades de transporte dos campi envolvidos neste processo.

Justificativa da solução escolhida

5.2. Conclui-se que, diante da análise das opções apresentadas anteriormente, aquela que se mostra mais vantajosa é a Opção de Solução 03 - Contratação do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e os insumos necessários para a prestação do serviço.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços contínuos de direção veicular, a serem prestados de forma contínua, com pagamento de diárias com e sem pernoite e com fornecimento de insumos com periodicidade estabelecida, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na sua Reitoria e em seus campi e unidades, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Enquadramento como serviço comum

6.1.1. Trata-se de serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Prestação de forma contínua (continuada)

6.1.2. O serviço será prestado de forma contínua (continuada) pois visa assegurar a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas do contratante.

6.1.2.1. A vigência plurianual (possibilidade de renovação contratual) revela-se mais vantajosa em termos de economia processual, uma vez que não será necessária a realização de procedimentos para uma nova contratação deste serviço, quando o contrato estiver próximo do vencimento.

Contratação com vigência inicial de 24 meses

6.1.3. O contrato terá vigência inicial de 24 meses, uma vez esta vigência proporciona uma série de vantagens, em comparação à de 12 meses. Como exemplo destas vantagens, podemos citar algumas, adaptadas do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90004/2024 do campus João Câmara do IFRN (UASG 158373):

6.1.3.1. Permite que os licitantes disponham de maior prazo para amortizar seus investimentos iniciais, o que faz com que, em tese, se sintam mais atraídos pela disputa;

6.1.3.2. Proporciona um impacto social no que tange aos trabalhadores terceirizados, pois os mesmos teriam direito ao gozo de férias, um descanso que muitos deles frequentemente não usufruem devido as constantes trocas de empresas, em contratos com vigência inicial de 12 meses. Acontece que, quando um contrato não é renovado e uma nova empresa é contratada, os trabalhadores têm seus contratos rescindidos, o que implica no recebimento da indenização relativa às férias a que teriam direito no momento da rescisão, em vez do usufruto do descanso correspondente.

6.1.3.3. Reduz os procedimentos com renovação contratual e com novas licitações. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC (SEI! 0924113) divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado;

6.1.3.4. No âmbito da execução contratual, uma das vantagens seria o ganho na otimização da força de trabalho utilizada para os processos de prorrogação que, atualmente, são realizados anualmente. Neste processo, está incluída a consulta à empresa, para obter sua anuência à prorrogação contratual, o que envolve o risco da empresa se negar a prorrogar;

6.1.3.5. Outra vantagem seria mitigar o risco de uma contratação emergencial, pelo não interesse na prorrogação por parte da contratada. Os procedimentos necessários para uma nova contratação demoram em torno de 5 a 6 meses, ou seja, metade de um ano, o que mais uma vez recai na otimização da força de trabalho dos servidores envolvidos na contratação. No caso de contratar por 2 (dois) anos, no último ano é que se anteciparia para iniciar os procedimentos de uma nova contratação, em virtude da empresa se negar futuramente a renovar. Isso implica em um ganho aproximadamente de 6 meses, de tempo, força de trabalho, eficiência e principalmente a continuidade dos serviços, essenciais ao funcionamento do campus.

Pregão eletrônico

6.1.4. Por tratar-se de serviço comum, será contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme art. 1º do Decreto nº 10.024/2019.

Sistema tradicional (não processado pelo sistema de registro de preços – SRP)

6.1.5. O pregão será processado pelo sistema tradicional (não SRP), ou seja, não será realizado o registro formal de preços praticados na licitação para

contratações futuras.

6.1.5.1. Esta contratação não está enquadrada em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 para a adoção do sistema de registro de preços. Vale destacar que esta licitação originará um único contrato, que terá como contratante a Reitoria do IFRN, cujas necessidades atendidas em vários locais de prestação de serviços.

Adjudicação por grupo de itens

6.1.6. Optou-se pela adjudicação por grupo de itens, pelos motivos expostos no item 9 do ETP.

Empreitada por preço unitário

6.1.7. Optou-se pela empreitada por preço unitário como regime de execução, uma vez que a remuneração da contratada será em função dos serviços efetivamente executados, considerando que as diárias serão pagas sob demanda, ou seja, quando da realização de viagens que impliquem no seu pagamento. É importante destacar que os insumos de maior durabilidade (calçado, cinto e crachá) também serão fornecidos com frequência única bial e poderão não ser fornecidos novamente, caso o contrato seja renovado e estejam em bom estado de conservação. Ademais, trata-se de contratação “por preço certo de unidades determinadas” (art. 6º, XXVIII, da Lei 14.133/2021), uma vez que os valores das diárias constarão da proposta da licitante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Posto de serviço mensal de motorista (item 1)

7.1. Este é serviço que será prestado pelos motoristas que cumprirão jornada de 44 horas semanais, durante a vigência do contrato, na sede da Contratante ou em viagens a serviço desta. A quantidade a ser contratada para o item 1 (posto de serviço mensal de motorista) está demonstrada no Anexo I deste ETP. Vale destacar que esta quantidade não deve ser confundida com a quantidade de prestadores de serviço.

7.1.1. Para a estimativa desta quantidade, foram consideradas:

7.1.1.1. As quantidades de motoristas demandadas para cada local onde os serviços serão prestados. Estas quantidades foram obtidas através de uma planilha disponibilizada na plataforma Google Drive, permitindo que cada unidade ou campus informasse a sua quantidade demandada. As quantidades demandadas estão demonstradas no Anexo II deste ETP.

7.1.1.2. As quantidades de motoristas atualmente contratadas nos locais (unidade ou campus) em que os serviços serão prestados. Foi realizado um levantamento com a última contratação para cada local onde os serviços serão prestados, inclusive fazendo referência aos documentos de cada contratação (contrato, Estudo Técnico Preliminar, etc), conforme demonstrado no Anexo III deste ETP. No Anexo IV deste ETP, está demonstrado um comparativo do quantitativo de cada campus/unidade na contratação anterior (se houver) e na atual.

7.1.1.2.1. Quanto aos campi Jucurutu, São Miguel, Touros e Umarizal, no levantamento realizado não foi encontrada contratação anterior para estes campi. Vale destacar que os 3 últimos campi ainda estão em construção. Para o campus Jucurutu, foi utilizada como base a quantidade a ser contratada para o campus Caicó e para os demais campi citados, a do campus Ipanguaçu.

7.1.1.3. A jornada de trabalho semanal. Esta jornada será de 44 horas semanais, conforme justificado no item 15.1.16 deste ETP.

7.1.1.4. A unidade de fornecimento (posto de serviço mensal). Optou-se por esta unidade de fornecimento, visando facilitar o controle orçamentário.

7.1.1.5. A vigência inicial do contrato (24 meses). A opção por esta vigência foi justificada no item 6.1.3 deste ETP.

7.1.2. A memória de cálculo da quantidade a ser contratada para este e outros itens está demonstrada no Anexo V do ETP.

Posto de serviço diário de motorista eventual (item 2)

7.2. Este é o serviço que será prestado por motoristas que trabalham por diária de serviço na sede da Contratante ou em viagens a serviço desta. A quantidade a ser contratada para o item 2 (posto de serviço diário de motorista eventual) está demonstrada no Anexo I. Este item também pode ser chamado de diária de serviço, mas não confundir com as diárias de viagem (itens 3 e 4).

7.2.1. Considerando que será a primeira vez que o campus contrata este serviço, não há como estimar a quantidade com base em histórico de contratações. Assim, a estimativa levará em consideração a justificativa para a contratação deste item, que é proporcionar condições para a realização de viagens longas que demandam 2 motoristas e a continuidade da prestação do serviço no campus durante estas viagens, bem como atender as solicitações de viagens em períodos de maior demanda, que são os meses que antecedem o fim do semestre letivo.

7.2.2. Para o cálculo da quantidade a ser contratada, considerou-se 1 posto diário por semana, ou seja, 52 postos diários por ano, o que equivale a 4,333 postos diários por mês (52/12) ou aproximadamente 5 postos diários por mês e 60 postos diários por ano.

7.2.3. Após encontrar a quantidade de postos de diários por ano, multiplicou-se esta quantidade (60) pela quantidade de locais de prestação dos serviços (27), resultando em 1620 postos diários por ano, considerando todos os locais de prestação dos serviços.

7.2.3.1. Durante a gestão do contrato, a prestação deste serviço é condicionada a ocorrência de um fato gerador, que justifique sua solicitação.

7.2.4. A memória de cálculo da quantidade a ser contratada para este e outros itens está demonstrada no Anexo V do ETP.

Diárias de viagem com e sem pernoite (itens 3 e 4)

7.3. As quantidades a serem contratadas para os itens 3 e 4 (diárias com e sem pernoite) estão demonstradas no Anexo I.

7.3.1. Para a estimativa destas quantidades, foram consideradas:

7.3.1.1. As quantidades anuais de diárias de viagens (com ou sem pernoite) demandadas para cada local em que os serviços serão prestados. Estas quantidades foram obtidas através de uma planilha disponibilizada na plataforma Google Drive, permitindo que cada unidade ou campus informasse a sua quantidade demandada. As quantidades demandadas estão demonstradas no Anexo II deste ETP.

7.3.1.2. As quantidades anuais de diárias de viagens (com ou sem pernoite) demandadas para cada local em que os serviços serão prestados. Foi realizado um levantamento conforme abordado no item 7.1.1.2 deste ETP. Este levantamento é apresentado no Anexo III deste ETP. No Anexo IV deste ETP, está demonstrado um comparativo do quantitativo de cada campus/unidade na contratação anterior (se houver) e na atual.

7.3.1.2.1. Quanto aos campi Jucurutu, São Miguel, Touros e Umarizal, procedeu-se conforme o item 7.1.1.2.1 deste ETP.

7.3.1.3. A unidade de fornecimento (unidade). Optou-se por esta unidade de fornecimento, visando facilitar o controle orçamentário.

- 7.3.1.4. A vigência inicial do contrato (24 meses). A opção por esta vigência foi justificada no item 6.1.3 deste ETP.
- 7.3.2. Estas quantidades representam uma estimativa, com base em contratações anteriores, e o seu pagamento, durante a gestão do contrato, é condicionado à existência de um fato gerador, a saber: a realização, pelo motorista, de viagem que implique no pagamento desta verba indenizatória.
- 7.3.2.1. Esta quantidade poderá ser utilizada tanto em viagens realizadas pelos motoristas com jornada de 44 horas semanais durante a vigência do contrato (item 1) como pelos motoristas por diária de serviço (item 2).
- 7.3.3. A memória de cálculo da quantidade a ser contratada para este e outros itens está demonstrada no Anexo V do ETP.

Horas eventuais (item 5)

- 7.4. A quantidade a ser contratada para o item 5 (horas eventuais) está demonstrada no Anexo I.
- 7.4.1. Esta quantidade foi calculada com base numa estimativa das quantidades mensais de a cada tipo de hora por prestador. A memória de cálculo desta quantidade mensal de horas está demonstrada no Anexo VI deste ETP.
- 7.4.2. A memória de cálculo da quantidade a ser contratada para este e outros itens está demonstrada no Anexo V do ETP.

Insumos a serem fornecidos (incluídos no módulo 5 da PCFP do item 1)

- 7.5. A relação de uniformes, que são os insumos a serem fornecidos, com as quantidades por prestador, tem como base contratações anteriores.
- 7.5.1. Esta relação será demonstrada no Termo de Referência, com vistas a minimizar duplicidade de informações e, assim, o risco de informações conflitantes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.680.112,86

- 8.1. A estimativa do valor total (anual) da contratação está demonstrada na tabela constante no Anexo I deste ETP.
- 8.2. A estimativa do valor de cada item foi obtida a partir do preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, com base no salário-mínimo, bem como em percentuais relativos a tributos, contribuições, encargos trabalhistas e outros. Estas planilhas de custos e as memórias de cálculo estão demonstradas em alguns dos apêndices do Termo de Referência.
- 8.2.1. Foi considerada a convenção coletiva de trabalho vigente para a categoria profissional envolvida na prestação dos serviços.
- 8.2.2. Todos os dados considerados para o preenchimento da planilha de custos serão demonstrados em um dos apêndices do Termo de Referência.
- 8.3. As estimativas dos preços dos insumos correspondem a média aritmética simples ou à mediana de preços constantes em bancos de dados públicos.
- 8.3.1. Uma nota técnica com a análise crítica dos preços pode ser consultada nos autos do processo.
- 8.3.2. Os relatórios com os preços coletados e com a análise da pesquisa de preços serão anexados ao processo.
- 8.4. No Anexo IX deste ETP está demonstrada a análise do fator K do único item em que é cabível esta análise.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. O parcelamento ou não solução foi analisado sob a perspectiva dos serviços a serem prestados (que correspondem aos itens a serem licitados) e, em seguida, dos locais em que os serviços serão prestados (a Reitoria do IFRN e seus campi/unidades).
- 9.2. Considerando os serviços a serem prestados, optou-se pelo não parcelamento da solução (adjudicação por grupo de itens), tendo em vista a obrigatoriedade de integração entre os serviços a serem contratados e o ganho de economia em escala.
- 9.2.1. **Obrigatoriedade de integração entre os serviços a serem contratados:** As diárias (itens 3 e 4) e as horas eventuais (item 5) devem ser pagas pela empresa contratada aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços (itens 1 e 2), implica na obrigatoriedade de integração entre os serviços a serem contratados, o que inviabiliza o parcelamento da contratação. Vale destacar que esta obrigação é do empregador, estando prevista na Consolidação das Leis de Trabalho e na convenção coletiva de trabalho da categoria.
- 9.2.2. **Ganho de economia em escala:** O não parcelamento da solução também proporciona um ganho de economia em escala em relação aos custos indiretos e lucro. Por exemplo, a prestação dos serviços por uma única empresa implica na necessidade de um único preposto para todos os serviços a serem contratados.
- 9.3. Considerando os locais em que os serviços serão prestados, também optou-se pelo não parcelamento da solução, conforme justificativas a seguir:
- 9.3.1. A opção por centralizar a contratação em único contrato, a ser executado de forma unificada para a Reitoria e seus campi/unidades. A opção de realizar uma contratação única com prestação de serviços em vários locais deve-se à decisão da Pró-Reitoria de Administração. Esta decisão foi tomada durante a instrução do processo que visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de direção veicular com dedicação exclusiva de mão de obra para atendimento às unidades do IFRN. Para fundamentar esta decisão foram considerados os seguintes pontos:

Experiência em contratações anteriores

- 9.3.1.1. Em contratações anteriores, o parcelamento da solução não resultou em uma contratação bem-sucedida. O parcelamento da solução, em substituição à contratação única, foi adotado no pregão eletrônico nº 00004/2022, do campus Natal-Central (UASG 158369). O objeto daquela contratação envolvia a prestação de serviços de limpeza e conservação em 12 locais diferentes. Cada local correspondia a um campus do IFRN, dentre os que foram participantes desta contratação. Durante o planejamento desta contratação, optou-se pelo parcelamento da solução em 12 partes, de modo a celebrar um contrato para cada local de prestação de serviço.
- 9.3.1.2. Ao final da licitação, uma mesma empresa sagrou-se vencedora para a prestação dos serviços em 10 locais e foi celebrado um contrato para um destes locais. O maior contrato tinha como objeto a prestação de serviços ao campus Natal-Central (que era a maior parcela da solução, em função da

área a ser limpa) e os demais, a outros campi (parcelas menores da solução, também em função da área). A empresa prestou os serviços durante 12 meses, que era a vigência inicial destes contratos. Contudo, aceitou a renovação contratual apenas com o campus Natal-Central, fazendo com que os demais contratantes ficassem sem o serviço.

9.3.1.3. Por outro lado, o modelo de contratação única para atendimento a várias unidades é adotado por outros órgãos, como a Universidade Federal do Rio Grande no Norte (UFRN). Este foi o modelo utilizado, por exemplo, no Pregão Eletrônico nº 90025/2024 desta Universidade. O objeto do referido pregão foi a prestação de serviço continuado de motorista com dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas da UFRN pelo período de 12 meses. Vale lembrar que a UFRN possui unidades em Natal e em mais quatro municípios do Estado. Mesmo sem o parcelamento do objeto, este pregão contou com a participação de 47 empresas. Esta considerável quantidade de participantes evidencia que a concentração do objeto (ou seja, o não parcelamento da solução) não representa risco à competitividade do certame, ainda que o futuro contrato envolva vários locais de prestação de serviços. Em relação ao contrato da UFRN, envolvendo a prestação do serviço para atender desta Universidade, incluindo seus campi no interior, foi celebrado sob o nº 49/2024, com termo inicial em 02/10/2024.

Eficiência administrativa, redução de custos operacionais e aprimoramento da governança contratual

9.3.1.4. Uma contratação única possibilita economia de escala e redução de custos de gestão de contratos. Vale destacar que esta é uma das hipóteses para o não parcelamento do objeto (art. 40, § 3º, inciso I da Lei nº 14.133/2021).

9.3.1.5. No tocante à economia em escala, é importante lembrar que uma contratação única (ou seja, a prestação dos serviços por uma única empresa) implica na necessidade de um único preposto para todos os locais de prestação de serviços. Pensando nos custos operacionais e logísticos envolvidos na execução de um contrato único com esta magnitude, foi exigida a presença do preposto em cada local de prestação de serviços durante apenas 1 hora /mês (item 6.7 do Termo de Referência). Neste mesmo sentido, foi admitida ainda a disponibilidade do preposto para atendimento remoto às solicitações da Administração relativas ao contrato, de segunda e sexta-feira, das 08 às 12hs e das 13 às 17hs (item 6.7.1 do Termo de Referência).

9.3.1.6. Outra vantagem de um contrato único é a redução dos custos de gestão de contratos. A manutenção de múltiplos contratos — um para cada campus — implica na necessidade de replicar, em dezenas de unidades, as mesmas atividades de instrução processual, análise de planilhas, fiscalizações, repactuações, aditivos, prorrogações, liquidação de despesas, o que eleva o custo administrativo do contrato. Com um único contrato, haverá maior previsibilidade, celeridade, uniformização e segurança jurídica em processos mais complexos, como renovações, repactuações e na gestão das garantias contratuais.

9.3.1.7. Além disso, um contrato único reduz substancialmente o volume de processos e de atos administrativos, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, uma vez que elimina a multiplicidade de esforços, quando várias pessoas trabalham, de forma paralela, em processos do mesmo tipo, o que acarreta ineficiência administrativa. Outra vantagem é a redução do risco de falhas decorrentes de interpretações distintas entre unidades contratantes, o que frequentemente gera retrabalho e inconsistências processuais.

9.3.1.8. Ademais, a contratação unificada permitirá padronizar o escopo, a execução e a fiscalização dos serviços, garantindo maior uniformidade na aplicação das cláusulas contratuais e nos critérios de aferição de desempenho. A execução de um contrato único facilitaria a implantação de padrões técnicos e operacionais unificados (tais como substituição de prestadores, treinamento, controle de jornada, uniformização de serviços e comunicação com as unidades). Essa padronização reduz riscos de interpretações divergentes entre campi e melhora o controle interno e o acompanhamento sistêmico pela Reitoria, com o uso de indicadores únicos de desempenho em todas as unidades do IFRN.

9.3.1.9. Diante do exposto, entende-se plenamente justificada a opção pela contratação única, por representar melhoria significativa da eficiência administrativa, redução de custos operacionais e aprimoramento da governança contratual, sem prejuízo da competitividade do certame, que continuará aberto a todas as empresas que comprovarem capacidade técnica e operacional compatível com o objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a execução do serviço que se pretende contratar, fazem-se necessárias outras contratações correlatas e/ou interdependentes visando o gerenciamento da frota de veículos: fornecimento de combustível, fornecimento de peças e acessórios, serviço de manutenção veicular e serviço de seguro veicular.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações, conforme será demonstrado no item 2 do Termo de Referência.

11.1.1. A demonstração será feita no Termo de Referência, uma vez que esta informação é requerida naquele documento. Tal medida visa evitar a duplicidade de informações e, conseqüentemente, informações conflitantes.

11.2. Quanto ao plano diretor de logística sustentável, é possível certificar o alinhamento, aos seguintes eixos estratégicos:

11.2.1. “EIXO 1: PROMOÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO E DO CONSUMO CONSCIENTE DE BENS E SERVIÇOS”. O fornecimento, sob frequência única bienal, de itens de maior durabilidade (calçado, cinto e crachá) representa uma medida de racionalização e de consumo consciente dos insumos relacionados ao contrato.

11.3. A contratação também está contemplada no planejamento do órgão, conforme a seguir:

11.3.1. Etapa: Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra.

11.3.2. Atividade: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra visando serviços de Direção Veicular.

11.4. A contratação ainda está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que visa a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas do campus sendo, portanto, custeadas com recursos previstos na LOA:

- 11.4.1. Programa 5012 - Educação Profissional e Tecnológica;
- 11.4.2. Ação 20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1. Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes resultados:
 - 12.1.1. Atender aos preceitos legais vigentes;
 - 12.1.2. Garantir uma boa execução contratual, como base nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
 - 12.1.3. Garantir as condições necessárias para a continuidade da realização de aulas de campo, visitas técnicas e outras atividades acadêmicas e administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

- 13.1. A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.
- 13.2. A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.
- 13.3. A contratante deverá disponibilizar:
 - 13.3.1. Um local adequado para que os prestadores de serviço realizem refeições.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. O uso de veículos automotores está diretamente associado a dois impactos principais, a saber: as poluições sonora e do ar, conforme o site Trânsito Ideal (citado no ETP nº 21/2022-UASG 158366, referente ao processo 23035.002342.2022-86).
 - 14.1.1. Poluição sonora: Para tratamento deste impacto, foram incluídas nas atribuições dos motoristas envolvidos na prestação dos serviços (as atribuições serão incluídas em um dos apêndices do TR). Vale destacar que o controle da poluição sonora para veículos automotores é determinado pela Resolução nº 01/93 do CONAMA. E a Resolução nº 20/96, de 24/10/96, define e proíbe que os veículos sejam equipados com itens de ação indesejável.
 - 14.1.2. Poluição do ar: Algumas atitudes do motorista podem contribuir para a diminuição da poluição do ar, conforme tabela abaixo:
- Tabela 1 – Práticas do motorista que contribuem para a diminuição da poluição do ar

Prática	Comentários
Estar atento a realização de manutenções preventivas	O óleo lubrificante e seu filtro precisam ser trocados de acordo com as especificações e a periodicidade descritas no manual do proprietário. Caso contrário, o motor precisará consumir mais combustível para funcionar, emitindo mais poluentes. A troca dos filtros de ar e de combustível no período certo também é importante porque esses elementos contribuem para a pureza da composição (ar e combustível) que vai para o motor, melhorando sua eficiência energética.
Manter os pneus calibrados e alinhados	Quanto mais murchos estiverem os pneus, maior se torna seu atrito com o solo. Enquanto isso, as rodas desalinhadas puxam para lados diferentes. Em ambos os casos, o motor tem que compensar o esforço, consumindo mais combustível e aumentando as emissões de poluentes. Recomenda-se que os pneus sejam calibrados ao menos semanalmente os pneus do seu carro com a pressão recomendada pelo fabricante, além de alinhar as rodas a cada 10 mil quilômetros rodados.
Abastecer com combustível de qualidade	Combustíveis baratos costumam ser irregularmente misturados com produtos químicos que geram mais poluição, tornam a queima menos eficiente e ainda comprometem os componentes do motor.
Usar marchas no tempo certo	No manual do proprietário do veículo estão descritas as faixas de rotação do motor e as velocidades em que as marchas devem ser trocadas. Usar marchas altas em rotações baixas faz com que a injeção eletrônica tenha que compensar a aceleração, queimando mais combustível do que o necessário. Já as marchas baixas em rotações altas não aproveitam a energia gerada pelo motor.
	Especialmente nas cidades, acelerar demais aumenta a emissão de poluentes.

Acelerar com moderação	Isso se deve às constantes paradas por conta do trânsito, de semáforos ou vias preferenciais, com o uso dos freios do carro desperdiçando a energia do combustível. Nas rodovias, por sua vez, a resistência do ar faz com que seja necessária uma maior aceleração para alcançar ganhos de velocidade menores. Até 80 quilômetros por hora, a eficiência energética é boa. Já a 120 quilômetros por hora, o consumo pode dobrar.
Economizar no ar-condicionado	Para funcionar, o ar-condicionado consome muita energia elétrica, que é roubada de outros componentes — como as velas de ignição. Isso prejudica a queima do combustível e faz com que a injeção eletrônica consuma mais para compensar.

Fonte: site <https://rodobens.com.br/blog/dicas/evitar-a-poluicao-automotiva>

14.1.2.1. Baseado nestas orientações, foram incluídas atribuições para mitigar a poluição do ar provocada pelo uso dos veículos dos campi (as atribuições serão incluídas em um dos apêndices do TR).

15. Outras Justificativas

15. Outras Justificativas

15.1. As justificativas para as exigências de qualificação do Contratado (experiência mínima, escritório etc), bem como para as vedações de participação na licitação, a escolha da conta vinculada e outros aspectos da contratação são apresentadas a seguir:

Vedações à participação

Vedação à participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs

15.1.1. A vedação à participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs decorre da incompatibilidade desta natureza jurídica com os serviços a serem contratados e o regime de contratação, conforme jurisprudência do TCU (Acórdãos 746/2014, 1.406/2017 e 2.847/2019, todos do Plenário desta Corte de Contas). Como exemplo, transcrevemos a seguir um trecho do Acórdão 746/2014-Plenário/TCU:

25. Desse modo, como bem ponderado pelo então Ministro Marcos Vileça, permitir que as OSCIP participem de licitações desvirtuaria o objetivo primordial para o qual foram criadas, qual seja, estabelecer cooperação com o Poder Público mediante a celebração do Termo de Parceria. [...]

28. Tal relação possui natureza de colaboração, diversa, portanto, do caráter comercial que existe na atuação de uma entidade que licita com o Poder Público, caráter esse, frise-se, que o legislador, embora não tenha vedado expressamente, não teve por desiderato ao editar a Lei n. 9.790/1999. [...]

29. Outro ponto que não pode ser negligenciado no presente estudo, e que foi abordado pela unidade instrutiva, diz respeito ao fato de as OSCIP, por assim terem se qualificado, serem privilegiadas com isenção de impostos, o que, em tese, as coloca em posição de vantagem com as demais empresas na participação de licitações. [...]

31. Diante de tal fato, é evidente que as OSCIP, quando participantes de torneios licitatórios, teriam condições de ofertar um preço menor que o de seus concorrentes, beneficiando-se de uma isenção não concedida para que elas atuassem em regime de contratação com o Poder Público.

32. Desse modo, estar-se-ia desvirtuando a benesse fiscal concedida às OSCIP para atuarem como parceiras do Estado mediante a celebração do Termo de Parceria nos moldes delineados na Lei n. 9.790/1999.

33. De forma conclusiva, portanto, entendo, em anuência com [as unidades técnicas do TCU], que este Tribunal deve firmar entendimento sobre a impossibilidade de as OSCIP, atuando nessa condição, participarem de licitações da Administração Pública Federal.

Vedação à participação de cooperativas de trabalho

15.1.2. A vedação à participação de cooperativas nesta contratação justifica-se tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados demanda execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços.

15.1.2.1. Tal entendimento está amparado no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, na Súmula 281 do TCU, no art. 1º da IN nº 98 /2022, no art. 10 da IN nº 5 /2017-SEGES/MPDG e no Termo de Conciliação firmado entre o MPT e a União em 05 de junho de 2003 e homologado nos autos da Ação Civil Pública proposta perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília (Processo 01082-2002- 020-10-00-00).

15.1.2.2. Pelo motivo elencado, os serviços só poderão ser fornecidos por empresas prestadoras de serviços, não sendo admitido o seu fornecimento por cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

Vedação à participação de consórcios

15.1.3. A vedação à participação de consórcios justifica-se pelo não parcelamento da solução, conforme justificado no item 9 deste ETP, devendo o objeto ser executado por uma única empresa.

Vedação à participação de pessoas físicas e de microempreendedores individuais (MEI's)

15.1.4. A vedação à participação de pessoas físicas e de microempreendedores individuais (MEI's) deve-se ao valor anual estimado para a contratação e a quantidade de pessoas envolvidas na prestação dos serviços.

Exigências para habilitação

Exigências de qualificação econômico-financeira

15.1.5. As exigências de qualificação econômico-financeira são aquelas que constam no modelo de termo de referência da AGU e na IN SEGES /MPDG nº 5/2027:

Tabela 2: Exigências de qualificação econômico-financeira e suas justificativas.

Exigência	Justificativa
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;	Esta exigência foi estabelecida pela IN SEGES/MPDG nº 5 /2017 (Anexo VII-A, item 11.1, "e"), para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.
Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).	- Quanto ao período das demonstrações contábeis (dois últimos exercícios sociais), tal exigência está fundamentada no art. 69, I da Lei nº 14.133/2021. - Quanto aos índices (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1), tal exigência foi proposta pelo Acórdão TCU nº 1214/2013 – Plenário e exigida pela IN SEGES/MPDG nº 5/2017 (Anexo VII-A, item 11.1, "a"), para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.
Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;	Esta exigência foi estabelecida pela IN SEGES/MPDG nº 5 /2017 (Anexo VII-A, item 11.1, "b"), para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.
Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;	Esta exigência foi estabelecida pela IN SEGES/MPDG nº 5 /2017 (Anexo VII-A, item 11.1, "c"), para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.
Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em anexo do Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos: a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.	Esta exigência foi estabelecida pela IN SEGES/MPDG nº 5 /2017 (Anexo VII-A, item 11.1, "d"), para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Fonte: Elaboração própria

Exigências de qualificação técnica

15.1.6. Foram feitas as seguintes exigências de qualificação técnica, conforme justificativas, a seguir:

15.1.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação: Esta exigência visa resguardar o Contratante, caso a Contratada alegue desconhecimento de todas informações necessárias para a execução do objeto. Vale destacar que a declaração falsa é uma das infrações pela qual o licitante ou contratado pode ser responsabilizado administrativamente (art. 155, VIII da Lei nº 14.133/2021).

Exigências de qualificação técnico-operacional

15.1.7. As justificativas para as exigências técnico-operacionais são as seguintes:

15.1.7.1. Experiência mínima de 2 anos em contratos que envolvam dedicação exclusiva de mão de obra: Optou-se por este período pois corresponde à vigência inicial de um contrato que é geralmente de 12 meses, mais uma prorrogação por igual período. Esta exigência visa dificultar a participação de

empresas “aventureiras” que vencem a licitação e depois abandonam o contrato. A contratação em tela será de 24 meses, portanto compatível com o prazo de experiência mínima. A opção por esta exigência deve-se também à experiência do órgão como contratante. Em contratações anteriores de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, uma situação comum era a empresa contratada não aceitar a prorrogação do contrato após os 12 meses de vigência inicial, fazendo com que o campus tivesse que realizar uma contratação direta, de modo emergencial, para não haver a interrupção do serviço. Entendemos que esta exigência não prejudica a competitividade, restringindo a participação de empresas interessadas no certame. Vale destacar que esta experiência mínima foi exigida em outros certames como, por exemplo, no pregão nº 90002/2024, que contou com a participação de 40 empresas interessadas no certame.

15.1.7.1.1. Não foram exigidos 3 anos, como estabelecido pela IN SEGES/MPDG nº 5/2017 (Anexo VII-A, item 10.6, "b"), visando ampliar o número de empresas que possuem a experiência exigida.

15.1.7.2. Atestados referentes a serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em postos de trabalho tradicional (não temporário): Esta exigência de atestados com esta característica (a saber: referentes a serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em postos de trabalho tradicional) visa estabelecer o parâmetro para aferir a equivalência de complexidade tecnológica e operacional do serviço cuja execução foi atestada. Acontece que os postos de trabalho tradicional representam a maior parte do objeto a ser contratado. Portanto, a exigência de atestados referentes apenas a postos de trabalho tradicionais está em consonância com o art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Outro ponto a considerar é que, no serviço público, uma parte significativa dos contratos está relacionada aos postos tradicionais.

15.1.7.3. Escritório local ou em um raio máximo de até 50km da sede de um dos Contratantes: Esta exigência visa garantir uma boa execução contratual, no tocante ao pronto atendimento no caso de aplicação de advertências aos seus empregados, substituição de insumos rejeitados, atendimento em caso de eventual necessidade de resolução de questões trabalhistas perante o sindicato ou a Justiça Trabalhista, entre outros assuntos. Vale destacar que a exigência da instalação deste escritório é recomendada nos itens 104 e 105 do Acórdão nº 1214/2023-Plenário/TCU.

Vedações à cotação de alguns custos

Vedação à fixação de quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis

15.1.8. Os quantitativos e os valores incluídos no submódulo 2.3 da Planilha de Custos e Formação de Preços (Benefícios mensais e diários) representam estimativas, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 da IN SEGES/MPDG 5/2017. Sendo assim, foi incluído no referido submódulo a seguinte nota:

Nota: Por se tratar de custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, os quantitativos e valores representam estimativas, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 da IN SEGES/MPDG 5/2017.

Vedação à cotação, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), de benefícios que onerem apenas a Administração Pública

15.1.9. Não deverão ser cotados, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), benefícios que onerem apenas a Administração Pública, conforme vedação expressa no art. 6º, parágrafo único da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.9.1. Sugerimos que o edital preveja tal vedação.

15.1.9.2. Ressaltamos que não foram identificadas, dentre os benefícios concedidos nas convenções/acordos coletivos que estão sendo considerados, disposições que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, observando assim a vedação contida no art. 6º, parágrafo único da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.9.2.1. Esclarecemos que o parágrafo terceiro da cláusula décima sétima (auxílio saúde) refere-se exclusivamente a “contratos de prestação de serviço vigentes”, nos quais não foi possível incluir o custo relativo ao auxílio-saúde, não representando, assim, uma obrigação relativa apenas a contratos com a Administração Pública.

Vedação à cotação, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), de rubricas não admitidas

15.1.10. Também não deverão ser cotadas, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), as seguintes rubricas, cuja cotação é vedada, conforme alerta o PARECER n. 00341/2021/NLC/ETRLIC/PGF/AGU, cujo trecho está transcrito a seguir:

62. Note que, para além desses casos, é indevida a inclusão na planilha de Custos e Formação de Preços, pelos motivos que se seguem, os seguintes itens/rubricas: a. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP nº 5/2017); [já abordado no item 15.1.15 deste Parecer] b. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário); c. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário); d. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, pois não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado (Súmula TCU nº 254/2010); e. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

15.1.10.1. Sugerimos que o edital preveja as vedações acima.

Realização de diligências

Realização de diligências caso a empresa com a proposta aceita e habilitada tenha status “irregular” no CADIN

15.1.11. O pregoeiro deverá realizar diligências específicas, caso seja verificado que a empresa com a proposta aceita e habilitada no referido Pregão

Eletrônico encontra-se com situação irregular perante o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

15.1.11.1. Gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o CADIN é um “banco de dados onde estão registrados os nomes de pessoas em débito para com órgãos e entidades federais e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS)” (<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orgaos-publicos-e-parceiros/cadin>).

15.1.11.2. Esclarecemos que uma eventual situação irregular junto ao Cadin não é motivo para inabilitação de uma empresa participante deste pregão eletrônico.

15.1.11.3. Contudo, de acordo com o art 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), a existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso de recursos públicos, dentre outros atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º desta Lei. Vale destacar que a consulta prévia ao Cadin é obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º da Lei nº 10.522/2002:

Art. 6º: É obrigatória a consulta prévia ao CADIN, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para:

I - realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;

II - concessão de incentivos fiscais e financeiros;

III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

15.1.11.4. Durante o pregão nº 90005/2024, realizado por este campus (UASG 158369), verificou-se duas empresas habilitadas estavam situação irregular, não podendo, assim, celebrar contratos com o IFRN e com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, em cumprimento ao comando contido no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

15.1.11.5. Assim, deverão ser incluídas no Termo de Referência, na parte relativa aos critérios de habilitação, as seguintes disposições:

15.1.11.5.1. Caso verifique que o licitante com proposta aceita e habilitada está com situação irregular junto ao CADIN, o pregoeiro deverá informá-lo que este fato é um impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso de recursos públicos, dentre outros atos, nos termos do art 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), a existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º desta Lei.

15.1.11.5.1.1. A consulta prévia ao CADIN é obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

15.1.11.5.2. O licitante com situação irregular no Cadin terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação formal realizada pelo pregoeiro, para se regularizar junto a este Cadastro, devendo apresentar uma declaração, conforme Apêndice VII do Termo de Referência.

15.1.11.5.2.1. Em caso de recusa do licitante em apresentar esta declaração, o pregoeiro deverá solicitar formalmente que a empresa manifeste, por escrito, sua desistência da contratação.

15.1.11.5.3. A adjudicação do objeto do pregão eletrônico ficará condicionada à comprovação, pelo licitante, da regularização de sua situação no CADIN, conforme previsto mediante o preenchimento da declaração que trata o subitem 15.1.11.5.2.

15.1.11.5.3.1. Não havendo a regularização dentro do prazo estipulado, o gestor deverá determinar o retorno do processo à fase de habilitação, nos termos do art. 71, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, a fim de permitir o saneamento da irregularidade.

15.1.11.5.3.2. Persistindo a pendência, o pregoeiro deverá inabilitar o licitante inadimplente, nos termos do art. 155, inciso VIII, da referida Lei, e convocar o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para dar continuidade ao certame.

15.1.11.6. Estas diligências se justificam pelo fato de que a instituição não pode aguardar um prazo indeterminado para o atendimento de sua necessidade, a saber: a aquisição/contratação do presente objeto. Acontece que a seleção de um fornecedor com situação irregular no CADIN gera um problema para a instituição uma vez não poderá celebrar contrato com este fornecedor, visando a execução do objeto licitado. Assim, revela-se mais vantajosa à Administração Pública a contratação de licitante que possua situação regular no CADIN, garantindo, assim, a imediata formalização contratual e o atendimento tempestivo do interesse público.

Realização de diligências quando a empresa convocada para envio de proposta for optante pelo Simples Nacional

15.1.12. A realização de diligências caso a empresa convocada para envio de proposta seja optante pelo Simples Nacional justifica-se pelo fato de que algumas empresas se beneficiam indevidamente desta condição. Esta situação foi observada em um pregão eletrônico realizado pelo campus para contratação de serviço de manutenção predial, copa/cozinha e outros serviços.

15.1.12.1. O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar (LC) nº 123/2006. Esta Lei Complementar veda o recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional por microempresa ou empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão-de-obra (art. 17, XII, da LC 123/2006). Contudo, esta mesma Lei Complementar prevê que as vedações elencadas no caput do art. 17 “não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5o-B a 5o-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo” (art. 17, § 1º, da LC 123/2006).

15.1.12.2. Durante o pregão eletrônico, verificou-se que a empresa convocada para envio de proposta continuava enquadrada no Simples Nacional, mesmo tendo prestado serviços vedados por este Regime. Tal fato evidencia uma eventual situação irregular desta empresa junto a Receita Federal do Brasil, representando assim um risco para o campus caso esta empresa fosse contratada.

15.1.12.3. Assim, solicitamos incluir no Termo de Referência, na parte relativa aos critérios de habilitação, as seguintes disposições:

15.1.12.3.1. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções (serviço de vigilância, limpeza ou conservação) previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

15.1.12.3.1.1. Caso o pregoeiro e sua equipe identifiquem, com base na documentação enviada e/ou por meio de diligências, que a empresa executou serviços que envolvem mão de obra com dedicação exclusiva de postos e/ou serviços incompatíveis com o Simples Nacional, será solicitada uma cópia do ofício enviado à Receita Federal, requerendo o desenquadramento do regime. Caso a empresa não apresente o documento, a instituição realizará diligências junto à Receita Federal e o órgão no qual a empresa prestou o serviço para verificar o possível risco fiscal no qual a empresa está incidindo, solicitando os esclarecimentos sobre se houve o pedido de desenquadramento da empresa e apurar eventuais implicações fiscais decorrentes da situação.

15.1.12.3.2. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional

a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

15.1.12.3.2.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

Realização de diligências para verificar a veracidade da declaração, feita pelo licitante em campo próprio do sistema, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021)

15.1.13. Durante a sessão pública, o pregoeiro realizará diligências, relativas à etapa de habilitação, com o objetivo de verificar a veracidade da declaração, feita pelo licitante em campo próprio do sistema compras.gov.br, de que cumpre “as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”, conforme exigido pelo art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

15.1.13.1. Na tela seguinte a do cadastramento de sua proposta, o licitante deve fazer declarações exigidas no instrumento convocatório. A declaração consiste apenas em marcar “Sim” ou “Não” em relação às afirmações apresentadas no sistema, nos termos do instrumento convocatório.

15.1.13.2. Apesar do licitante fazer estas declarações no sistema, entendemos que o pregoeiro pode realizar diligências no sentido de verificar a veracidade destas declarações, caso o licitante não tenha apresentado documentação comprobatória das mesmas.

15.1.13.3. Tal medida visa prevenir fraudes em licitações, como a de um licitante apresentar declaração falsa com o objetivo de ser habilitado no certame. Vale destacar que, caso o pregoeiro não detecte a existência de declaração falsa do licitante habilitado, qualquer outra empresa participante do certame pode interpor recurso contra esta habilitação.

15.1.13.4. Assim, deverão ser incluídas no Termo de Referência, na parte relativa aos critérios de habilitação, as seguintes disposições:

15.1.13.4.1. Caso declare, em campo próprio do sistema, que cumpre “as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”, conforme exigido pelo art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar documentação que comprove a veracidade de sua declaração. (I.1.1)

15.1.13.4.1.1. O pregoeiro poderá consultar a situação do licitante através de certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab> (I)

15.1.13.4.1.2. Caso a certidão emitida aponte que o emprego de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao exigido por lei, o licitante poderá apresentar documentação complementar que comprove o atendimento do percentual legal, a qual será submetida à análise do pregoeiro e da equipe de apoio ou setor técnico. (I.1.2)

15.1.13.4.1.3. A inobservância do percentual mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, conforme exigido no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, poderá ensejar a inabilitação da licitante, uma vez que esta declaração é um dos pontos a serem observados na fase de habilitação, conforme o art. 63, caput, da Lei nº 14.133/2021. (I.1)

15.1.13.4.1.4. Decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, inclusive pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), “apontam para a isenção de responsabilidade das empresas pelo insucesso em alcançar a contratação mínima exigida pelo artigo 93 da Lei 8.213/1991, desde que demonstrado o esforço para cumprir essa meta”, sendo considerado somente os ocorridos em data anterior a abertura da sessão pública (Acórdão 523/2025-Plenário /TCU) (I.1.3).

Outras observações relativas à fase de planejamento da contratação

Viabilidade jurídica da terceirização

15.1.14. A viabilidade jurídica da terceirização deste serviço é evidenciada pelos seguintes pontos:

15.1.14.1. O cargo está extinto do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, conforme Anexo VIII deste ETP.

15.1.14.2. Não se aplicam ao presente caso as outras vedações de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal, contidas nos incisos do art. 3º, caput e no §1º do Decreto nº 9.507/2018 e nos arts. 7º, §1º, e 8º da IN SEGES/MP nº 5 /2017.

15.1.14.3. O objeto que se pretende contratar se refere a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, observando a vedação à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, de:

15.1.14.3.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

15.1.14.3.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

15.1.14.3.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

15.1.14.3.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

15.1.14.3.5. demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

15.1.14.3.6. prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

15.1.14.4. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Adoção de critério de remuneração por postos de trabalho e quantificação destes postos

15.1.15. Será adotado o critério de remuneração por postos de trabalho, em vez de por resultado, devendo ser, por conseguinte, quantificados estes postos.

15.1.15.1. O IFRN não teve uma experiência exitosa com a remuneração por resultado. O contrato nº 58/2021, para prestação do serviço TaxiGov, baseado nesta modelagem, não foi renovado devido a questões operacionais, mesmo restringindo-se à região metropolitana de Natal/RN, conforme consta no processo 23421.0023201.2020-74. Dessa forma, devido ao insucesso desta solução na região metropolitana, e considerando que os campi do IFRN estão localizados em várias microrregiões do Rio Grande do Norte, descarta-se esta opção de solução para o serviço pretendido, por entender que ela não teria condições de funcionar de forma satisfatória e ilimitada nas regiões de abrangência dos campi.

Dispensa das exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000

15.1.16. Esta despesa é qualificável como atividade, uma vez que se trata de despesa rotineira da administração, prevista em seu planejamento e destinada à manutenção de seu funcionamento. Assim, estão dispensadas as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 /2000, conforme estabelece a Orientação Normativa nº 52/2014.

Opção pela jornada de trabalho de 44 horas semanais, em vez de 40 horas semanais

15.1.17. Os trabalhadores envolvidos diretamente na execução do objeto contratado deverão cumprir jornada de trabalho de 44 horas semanais e não a de 40 horas semanais, estabelecida pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 190, de 5 de dezembro de 2024.

15.1.17.1. O fato de ser necessário, nesta contratação, que os serviços sejam prestados aos sábados e domingos torna inaplicável a redução da jornada semanal em 4 horas conforme art. 3º, I da IN SEGES/MGI n.º 190/2024.

15.1.17.2. Não havendo viagem programada para o fim de semana, a jornada de trabalho semanal será cumprida preferencialmente de segunda a sexta-feira, mediante escala de serviços a ser definida pela Instituição, respeitada a legislação trabalhista. No item 5.1.2 do Termo de Referência, serão prestados maiores esclarecimentos sobre a jornada de trabalho dos prestadores.

Exigências de requisitos mínimos para os prestadores de serviço

15.1.18. Serão exigidos estes requisitos mínimos dos prestadores a serem alocados na execução do objeto, visando selecionar profissionais aptos a prestação dos serviços a serem contratados, de forma satisfatória. Vale destacar que a alocação de profissionais sem estes requisitos pode comprometer a realização de aulas de campo, visitas técnicas e outros deslocamentos. Vale destacar ainda que a experiência de 6 meses é exigida para o motorista no Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos – PCCTAE, que é o plano de carreira adotado pelo IFRN para esta e outras categorias profissionais.

15.1.18.1. Os requisitos mínimos são aqueles constantes no Termo de Referência.

Admissão da necessidade de horas-extras e horas trabalhadas aos domingos e feriados

15.1.19. Nesta contratação, podem ser necessárias horas-extras e horas trabalhadas aos domingos e feriados, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, observando a legislação trabalhista e de trânsito.

15.1.19.1. No tocante à ocorrência de horas-extras durante a realização de uma viagem, pode ser necessário estender a jornada diária de trabalho, visando conduzir o veículo até chegar ao destino ou local seguro para pernoite ou mesmo até regressar a sede da Contratante.

15.1.19.2. Quanto às horas trabalhadas aos domingos e feriados, esclarecemos que, dependendo da distância a ser percorrida e da data do evento, pode ser necessário, que a viagem seja iniciada ou transcorra em um domingo ou feriado, para garantir a chegada no destino antes do início de um congresso, por exemplo.

Adoção do banco de horas para compensação de horas-extras

15.1.20. Nesta contratação, deverá ser adotado o banco de horas para compensação de horas-extras, conforme estabelecido pelo art. 59, §§ 2º e 5º da CLT e admitido pela convenção coletiva da categoria.

15.1.20.1. Esta medida visa reduzir os custos com o pagamento de horas-extras aos prestadores de serviço, como também outros decorrentes deste pagamento.

Pagamento das horas trabalhadas aos domingos e feriados, em vez de compensação por meio do banco de horas

15.1.21. Nesta contratação, as horas trabalhadas aos domingos e feriados deverão ser pagas aos prestadores de serviços, em vez de serem compensadas por meio do banco de horas.

15.1.21.1. Tal compensação é prevista pelo art. 9º da Lei 605/1949, que estabelece que “nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga”. A possibilidade de compensação também foi reconhecida na Súmula nº 146 do TST: “o trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal”.

15.1.21.2. Contudo, na CCT que está sendo considerada (RN000278/2023), foi encontrada apenas a possibilidade de compensação de horas-extras, no Parágrafo Nono da Cláusula Décima Nona. Ao tratar sobre horas trabalhadas aos domingos e feriados, a mesma CCT estabelece que “serão remuneradas com adicional previsto em Lei” (Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo único).

15.1.21.3. Por se tratar de situação excepcional, o pagamento de horas trabalhadas aos domingos e feriados deverá ser devidamente justificado.

Pagamento das horas extras apenas em algumas hipóteses

15.1.22. Nesta contratação, as horas extras só serão pagas em algumas hipóteses previstas no Termo de Referência.

15.1.22.1. Esta medida visa racionalizar os custos com o contrato.

15.1.22.2. Por se tratar de situação excepcional, o pagamento de horas trabalhadas aos domingos e feriados deverá ser devidamente justificado.

Custos incidentes sobre as horas extras não compensadas dentro do prazo legal e horas trabalhadas aos domingos e feriados

15.1.23. Nesta contratação, sobre o pagamento das horas extras não compensadas dentro do prazo legal e as horas trabalhadas aos domingos e feriados incidirão apenas os custos relativos às contribuições previdenciárias, ao FGTS e outras contribuições, bem como custos indiretos, tributos e lucro (que correspondem ao submódulo 2.1 e ao módulo 6 do modelo de planilha de custo da IN SEGES/MPDG 5/2017).

15.1.23.1. Nas contratações anteriores do campus Natal-Central para este objeto, verifica-se que as horas extras e as horas aos domingos e feriados não são habituais, uma vez que ocorrem especialmente nas semanas que antecedem o fim de cada semestre letivo.

15.1.23.2. Conforme jurisprudência, são apenas as horas extras habituais que produzem reflexos no 13º salário, nas férias e no aviso prévio:

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, AVISO PRÉVIO E DEPÓSITOS DO FGTS.

I. A majoração do valor do repouso semanal remunerado decorrente da integração das horas extras habituais deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não se cogitando de bis in idem por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS.

II. O item I será aplicado às horas extras trabalhadas a partir de 20.03.2023.

(grifo nosso)

Tema Repetitivo nº 9 do TST

I - A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas. (ex-OJ nº 117 da SBDI-1 - inserida em 20.11.1997)
II - O valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, independentemente da limitação prevista no "caput" do art. 59 da CLT. (ex-OJ nº 89 da SBDI-1 - inserida em 28.04.1997)
Observação: (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 89 e 117 da SBDI-1) - Res. 129/2005, <http://www.tst.jus.br/web/guest/sumulas>
Súmula nº 376 do TST

A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090, de 13.07.1962.
Súmula nº 45 do TST

15.1.23.3. Portanto, sobre as horas extras não compensadas e as horas trabalhadas aos domingos e feriados, posto que são eventuais, não incidirão os custos que compõem os submódulos 2.1 e 2.3 e os módulos 3, 4 e 5.

15.1.23.4. Por outro lado, estas horas possuem natureza remuneratória (art. 59, § 1º da CLT; art. 9º da Lei nº 605/1946; Tema nº 687 do STJ). Assim, são sujeitas à incidência de contribuição previdenciária (INSS e SAT), ao FGTS e outras contribuições (Salário-Educação, SESI/SESC, SENAI/SENAC, SEBRAE e INCRA), conforme submódulo 2.2 do modelo de planilha de custos e formação de preços da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.23.5. Ademais, por se tratar de uma prestação de serviços da Contratada a Contratante, sobre estas horas incidirão custos indiretos, lucro e tributos, conforme módulo 6 do modelo supracitado.

15.1.23.6. No caso das horas extras, o entendimento adotado para incidência de custos é observado também na contratação relativa ao Pregão Eletrônico nº 00014/2022 (SRP), UASG Nº 158149 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Custos incidentes sobre as diárias de viagens

15.1.24. Nesta contratação, sobre o pagamento das diárias de viagens incidirão apenas os custos indiretos, tributos e lucro (que correspondem ao módulo 6 do modelo de planilha de custo da IN SEGES/MPDG 5/2017).

15.1.24.1. Acontece que as diárias de viagens não integram o salário-de-contribuição ou a remuneração, não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, conforme art. 28, § 9º da Lei nº 8.212/1991 e art. 457, § 2º da CLT. Portanto, não incidirão sobre elas os custos que compõem os módulos 2, 3, 4 e 5 do modelo de planilha de custos e formação de preços da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.24.2. Por outro lado, por se tratar de uma prestação de serviços da Contratada a Contratante, sobre as diárias incidirão custos indiretos, lucro e tributos, conforme módulo 6 do modelo supracitado.

Não utilização de catálogo eletrônico de padronização

15.1.25. Não foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização, pois os itens a serem contratados ainda não foram padronizados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

15.1.25.1. Contudo, em observância do princípio da padronização, foram utilizados os CATSER e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Não utilização da margem de preferência

15.1.26. De acordo com comentário constante no modelo de termo de referência da AGU, não foram localizados atos normativos que viessem a estabelecer margens de preferência para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Atendimento ao princípio da segregação de funções

15.1.27. Em atendimento ao princípio da segregação de funções (art. 7º, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 14, § 2º do Decreto nº 11.246/2022), nenhum dos servidores que elaboraram este estudo técnico preliminar e outros documentos do planejamento da contratação, com exceção do edital, poderá atuar como pregoeiro nesta mesma contratação.

Observações relativas à fase de gestão do contrato

Escolha da Conta-depósito vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada

15.1.28. A escolha da conta-depósito vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos das unidades participantes, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

15.1.28.1. Por outro lado, o Pagamento pelo Fato Gerador não possui um boa relação custo-benefício. Primeiramente, pelo fato de uma boa parte dos servidores não estarem capacitados para operacionalização deste modelo e os campi possuem número reduzido de servidores. Ademais, os custos envolvidos na operacionalização do modelo do pagamento pelo fato gerador são superiores ao da conta vinculada. Neste sentido, Lorena Mendes, pesquisadora na área, afirma que:

Quanto ao pagamento pelo fato gerador, não existem experiências organizacionais suficientes para concluir sobre sua vantajosidade, mas, pela leitura dos procedimentos publicados, a novidade pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais). (Fonte: <https://gestgov.discourse.group/t/entrevista-sobre-conta-vinculada-lorena-mendes/11771>)

- 15.1.28.2. Considerando que o modelo da Conta-depósito Vinculada tem um custo de operacionalização menor que o do Pagamento por Fato Gerador, é possível assegurar a tutela de todos os valores provisionados para o pagamento de encargos trabalhistas através de mecanismos complementares ao da Conta-depósito Vinculada como, por exemplo, a não renovação automática destes valores, quando for realizada cada prorrogação contratual. Este mecanismo condiciona que, a cada prorrogação contratual, a renovação do custo provisionado para licença-maternidade, por exemplo, se dará apenas mediante comprovação, por parte da contratada, de que incorreu naquele custo no período a que se refere a última prorrogação.
- 15.1.28.3. Uma tabela comparativa entre a conta-depósito vinculada e o pagamento pelo fato gerador, com observações desta equipe de planejamento, está demonstrada no Anexo VII deste ETP
- 15.1.28.4. Diante do que foi exposto, a adoção do modelo da Conta-depósito Vinculada se torna mais viável do que o do Pagamento pelo Fato Gerador.

Indicação para o controle da frequência dos trabalhadores por meio de sistema informatizado

15.1.29. Foi indicado que o controle da frequência dos trabalhadores seja feito, preferencialmente, por meio de sistema informatizado, uma vez que esta tecnologia facilita o acompanhamento desta frequência, por toda a equipe de fiscais (técnicos e administrativo), através da geração de relatórios e gráficos e do acesso multi-usuário, por exemplo.

Exigência de critérios relativos à Segurança de Trabalho como um dos requisitos da contratação

15.1.30. A exigência de que a Contratada deverá cumprir as disposições relativas à Saúde e Segurança do Trabalho justifica-se pelo fato de que o Contratante adota um Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviços, de elaboração própria.

Escolha da taxa Selic para atualização de valores em caso de atraso de pagamento ao Contratado

15.1.31. Para atualização de valores em caso de atraso de pagamento ao Contratado, optou-se pela taxa Selic. Conforme consulta na internet (<https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/glossario>), a Selic é a taxa utilizada pelo Sicalc (Sistema de Cálculo de Acréscimos Legais), da Receita Federal, para cálculo dos juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de um tributo.

Reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica

15.1.32. Considerando que será celebrado um contrato único com todas as UASG ou por unidade (campus ou Reitoria) do IFRN, devendo ser contratados 33 colaboradores, haverá a reserva de aproximadamente 9% das vagas, ou seja, 3 colaboradores.

15.1.32.1. Vale lembrar que o art. 3º do Decreto nº 11.430/2023 estabelece que o percentual seja igual ou superior a 8%. Considerando que 8% de 33 (que é o total de vagas) equivale a 2,64 vagas, optou-se por um percentual maior (9%), reservando assim 3 vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.

Critérios para concessão das diárias integrais e parciais (apenas para contratações cujo objeto contemple o serviço de direção veicular)

15.1.33. Para a concessão das diárias serão adotados os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

15.1.33.1. Os critérios para concessão de diárias estão em consonância com o caderno de logística, relativo a prestação de serviços de transporte, elaborado pelo Ministério do Planejamento (2014, p. 43):

as diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante fora da região metropolitana da capital, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. (Fonte: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_transportes.pdf)

Pagamento de custos relativos a benefícios, condicionado à comprovação da quitação destes por parte da empresa

15.1.34. O pagamento de custos relativos a benefícios concedidos aos trabalhadores será condicionado à comprovação de quitação destes por parte da empresa.

15.1.34.1. O contrato deverá condicionar o pagamento destes custos à comprovação de sua quitação por parte da Contratante.

Retenção tributária das Notas Fiscais referente a prestação do serviço, inclusive quando estiver incluso o valor de diárias (apenas para contratações cujo objeto contemple o serviço de direção veicular)

15.1.35. Quando do pagamento da nota fiscal referente a prestação dos serviços, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.1.35.1. Os órgãos da administração pública federal direta, autarquias e outras entidades, como é o caso desta Unidade Gestora, são obrigados a efetuar a retenção de alguns impostos e contribuições quando do pagamento de notas fiscais relativas a prestação de serviços ou fornecimento de materiais (arts. 1º, 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012; arts. 110 e 120 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2012; arts. 3º e 6º da Lei Complementar nº 116/2003 e art. 5º do Decreto Nº 8.162 de 29/05/2007 da Prefeitura do Natal).

15.1.35.2. Por serem custos inerentes à prestação de serviços de direção veicular, as empresas devem considerar esses valores na elaboração de proposta para a prestação destes serviços. Dessa forma, na relação jurídica entre a instituição pública e a empresa contratada, os valores referentes às diárias integram o pagamento relativo à prestação do serviço, sobre o qual será feita a retenção de tributos.

15.1.35.3. Assim, quando do pagamento da nota fiscal referente a prestação dos serviços (postos de serviço com ou sem diárias), será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: Impostos a serem retidos, suas alíquotas, códigos e bases legais

Imposto ou contribuição	Alíquota	Código do Serviço e /ou Código da Receita	Base Legal
			Lei Complementar nº 116/2003: arts. 3º, 6º e outros. Decreto nº 8.162/2007 da Prefeitura do Natal: art. 5º (responsabilidade

ISS	5%	17.05	pela retenção), art. 25 (alíquota) e outras disposições de Lei Complementar.
PIS	0,65%	6190	Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012: art. 2º (obrigação da retenção), o Anexo I (tabela de retenção) e outras disposições desta IN.
COFINS	3%		
CSLL	1%		
IRPJ	4,80%		
INSS	11% -		Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022: art. 110 (obrigação da retenção, percentual de retenção e base de cálculo), art. 120 (deduções da base de cálculo) e outras disposições desta IN.

Fonte: Elaboração própria

Responsabilização pelas infrações de trânsito

15.1.36. No caso de infração de trânsito relacionada a condução do veículo, a responsabilidade pelo pagamento da multa será do condutor.

15.1.36.1. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) distingue as infrações de responsabilidade do proprietário do veículo daquelas atribuídas ao condutor. O proprietário é responsável pelas infrações relacionadas à regularidade do veículo, sua documentação e a habilitação dos condutores. Já o condutor responde pelas infrações cometidas durante a condução do veículo.

15.1.36.2. De acordo com o Art. 257 do CTB:

§ 2º O proprietário do veículo é responsável pelas infrações relacionadas à regularização prévia, cumprimento das exigências legais para circulação, conservação do veículo e inalterabilidade de suas características, além da habilitação compatível de seus condutores e outras disposições previstas em lei.

§ 3º O condutor responde pelas infrações decorrentes de atos praticados durante a condução do veículo.

15.1.36.3. Caso a infração esteja relacionada à condução do veículo e o proprietário seja uma Pessoa Jurídica, o CTB estabelece procedimentos para a identificação do condutor infrator.

15.1.36.4. Quando houver uma infração relacionada à direção do veículo, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, para que sejam tomadas as providências para identificação do condutor no prazo determinado pela notificação, ou seja, até 30 (trinta) dias contados da inclusão no sistema eletrônico de trânsito. No caso da Contratada não identificar o motorista infrator, esta será responsável pelo pagamento da infração cometida por seu colaborador.

15.1.36.5. A Contratada prestará suporte à Contratante nos trâmites burocráticos necessários junto às instituições responsáveis pela aplicação da infração, garantindo que a multa seja devidamente paga e que a pontuação correspondente seja atribuída à CNH do prestador de serviço que cometeu a infração.

15.1.36.6. A empresa poderá descontar o valor da multa do salário do funcionário, desde que haja autorização expressa para isso. Essa autorização pode estar prevista no contrato de trabalho, conforme o Art. 462, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

16. Informações Consideradas no Estudo

16.1. Além da experiência do órgão em contratações anteriores, foram consideradas na elaboração do ETP e dos demais documentos do planejamento da contratação, as contratações de outros órgãos citadas no corpo destes documentos, como também as seguintes:

16.1.1. A dinâmica de execução do objeto (tratado no Termo de Referência) foi adaptada daquela adotada no pregão nº 12/2023 do Campus Iporá /Instituto Federal Goiano – UASG 158124;

16.1.2. Os possíveis impactos ambientais da contratação (item 14 do Estudo Técnico Preliminar) foram adaptados daqueles descritos no ETP referente ao pregão nº 28/2022 do Campus Currais Novos/IFRN – UASG 158366, extraídos de fontes na internet.

16.1.2.1. No ETP do órgão citado, constam também ações do prestador de serviços, visando evitar a poluição sonora e do ar. Estas ações foram extraídas ou adaptadas para compor as atribuições dos prestadores de serviços para tratar os impactos ambientais do uso da frota de veículos do Contratante.

16.1.3. Os requisitos mínimos dos prestadores de serviços (item que será tratado no Termo de Referência) e as atribuições específicas dos prestadores de serviço (a serem demonstradas em um dos apêndices do Termo de Referência) foram adaptadas do ETP 18/2021 do Campus Mossoró/IFRN – UASG 158365.

16.1.4. A maioria das atribuições comuns a estes e outros postos (a serem demonstradas em um dos apêndices do Termo de Referência) foram extraídas ou adaptadas de pregões do TCU.

16.1.5. Uma parte dos riscos, danos e ações (do Mapa de Risco) foram extraídas ou adaptadas do RCA – Riscos e Controles em Aquisições, disponível em <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm>.

16.1.6. Uma das ações do Mapa de Riscos foi adaptada de um post em um fórum sobre licitações e contratos. O post pode ser acessado através do link: <https://groups.google.com/g/nelca/c/k5olpeLtWnI/m/Z98FG5qbEAAJ>.

16.1.7. O risco relativo à ocorrência de acidente de trabalho foi construído com suporte de Gleydson de Oliveira Cavalcanti, engenheiro de segurança do trabalho, lotado no campus Natal-Central/IFRN.

16.1.8. A metodologia para análise da proposta, no tocante às alíquotas do PIS e da COFINS e o regime de tributação ao qual a licitante está

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.2. Considerando os aspectos abordados neste estudo preliminar, a contratação da solução mostra-se viável e razoável.

Natal/RN, 07 de novembro de 2025.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUGUSTO ANDRE SANTOS DE SOUZA

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

FABIO HENRIQUE VALE DOS REIS

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

FRANCISCA SIMONELY DE VASCONCELOS

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

GLEYDSON TEIXEIRA DOS SANTOS

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

HUMBERTO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR

Integrante Técnico/Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

ISAC DANTAS DINIZ

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

SHEILA ONAILINA GONCALVES DE LIMA PESSOA

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo este Estudo Técnico Preliminar.

RODRIGO RICELLY AVELINO LEITE

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Tabela orçamentária.pdf (190.07 KB)
- Anexo II - Anexo II - Quantidades anuais demandadas por local de prestação dos serviços.pdf (194.5 KB)
- Anexo III - Anexo III - Quantitativos e documentos da contratação anterior.pdf (269.68 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Quadro comparativo entre as contratações anterior e atual.pdf (189.85 KB)
- Anexo V - Anexo V - Memória de cálculo das quantidades a serem contratadas.pdf (187.31 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Memória de cálculo da quantidade mensal de horas eventuais e do seu valor total (mês) por prestador.pdf (209.82 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Tabela comparativa entre a Conta-Depósito Vinculada e o Pagamento pelo Fato Gerador.pdf (261.64 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII - Situação das atividades a serem contratadas no plano de carreira do órgão.pdf (179.54 KB)
- Anexo IX - Anexo IX - Análise do fator K.pdf (190.78 KB)

APÊNDICE I
Tabela orçamentária

Item	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1	Motorista, categoria D, com jornada de 44 horas semanais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço mensal	792	7.425,91	5.881.320,72
2	Motorista eventual, categoria D, com jornada média de 8 horas e 48 minutos por dia, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço diário	3240	276,70	896.508,00
3	Diária com pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	4958	294,21	1.458.693,18
4	Diária sem pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	6968	164,41	1.145.608,88
5	Horas eventuais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Mês	792	376,24	297.982,08
Valor total (R\$)					9.680.112,86

Nota explicativa:

[1] No item 1, refere-se à quantidade de postos de serviço mensal a ser contratada. Para o cálculo desta quantidade, considera-se o período de 24 meses, que é a vigência inicial. Por exemplo, no caso do posto de Motorista, categoria 'D' (item 1), a quantidade mínima será 792 postos de serviço mensal, o que equivale a 33 postos durante 24 meses ($792/24=33$). No Anexo V do ETP, está demonstrada a memória de cálculo da quantidade deste e dos demais itens.

ANEXO II

Quantidades anuais demandadas por local de prestação dos serviços (unidade/campus)

Unidade/Campus	Qtde. de motoristas [1]	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite
		[1] [2]	[1] [2]
Reitoria	3	288	432
Apodi	1	130	70
Caicó	1	96	96
Canguaretama	1	72	120
Ceará-Mirim	1	24	84
Centro de Tecnologia Mineral (situado em Currais Novos)	1	50	60
Currais Novos	1	48	120
Ipanguaçu	1	96	144
João Câmara	2	288	180
Jucurutu	1	96	96
Lajes	1	60	96
Macau	1	50	120
Mossoró	1	120	180
Natal-Central	3	50	220
Natal-Centro Histórico	1	55	60
Natal-Zona Leste	2	80	90
Natal-Zona Norte	1	24	80
Nova Cruz	1	72	132
Parelhas	1	60	96
Parnamirim	1	60	96
Pau dos Ferros	1	120	120
Santa Cruz	1	84	96
São Gonçalo do Amarante	1	72	96
São Miguel	1	96	144
São Paulo do Potengi	1	96	168
Touros	1	96	144
Umarizal	1	96	144
Total	33	2479	3484

Notas explicativas:

[1] Dados obtidos em planilha no OneDrive, alimentadas por servidores dos campi/unidades participantes, ali identificados. Os dados foram acessados no dia 18/09/2025, às 13:24hs, através do link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/139YFV8g8-S4HA7Rh5zpm2XJt0pFRwqDt75Qv6iDPik8/edit?gid=0#gid=0>)

[2] Os totais demandados para diárias representam uma média mensal, por motorista, de 6,26 diárias com pernoite e 8,8 diárias sem pernoite.

ANEXO III
Quantitativos e documentos da contratação anterior

Na tabela abaixo, estão demonstradas os quantitativos da contratação anterior de cada campus, referente ao motorista (item 1), diárias com pernoite (item 3) e e sem pernoite (item 4). No tocante ao motorista eventual (item 2) e às horas eventuais (item 5), será a primeira vez que o IFRN contratará estes serviços. Vale destacar que o dimensionamento das quantidades a serem contratadas é tratado no item 7

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Reitoria	36	288	432	<p>Contrato: 00321/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3600/ Processo de Contratação: 23421.005158.2024-04 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/382791/ Contratação: Ato que autoriza a Contratação Direta nº 121/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1990438/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>
Apodi	12	120	180	<p>Contrato: 00108/2023 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3042/ Processo de Contratação: 23136.001011.2023-71 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/299713/ Contratação: Pregão SRP nº 02/2023 - IFRN/MO (UASG 158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1386341/ Estudo técnico preliminar: ETP 3/2023 - IFRN/MO (UASG 158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1355777/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Caicó	12	96	96	<p>Contrato: 00051/2023 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/2979/ Processo de Contratação: 23139.000571.2023-89 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/285409/ Contratação: Pregão SRP nº 28/2022 - IFRN/CN (UASG 158366) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1299805/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 21/2022 - IFRN/CN (UASG 158366) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1290598/</p>
Canguaretama	12	72	120	<p>Contrato: 00090/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3367/ Processo de Contratação: 23517.001382.2023-79 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/316775/ Contratação: DL nº 90001/2024 - IFRN/CANG (UASG 154839) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1774339/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Ceará- Mirim	12	24	84	<p>Contrato: 00077/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3369/ Processo de Contratação: 23516.000424.2024-45 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/350490/ Contratação: PREGÃO (SRP) nº 00002/2023 (UASG 158369) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1756084/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 32/2023 - IFRN/CNAT (UASG 158369) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1624122/</p>
Centro de Tecnologi a Mineral (situado em Currais Novos)	12	96	144	<p>Contrato: 00321/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3600/ Processo de Contratação: 23421.005158.2024-04 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/382791/ Contratação: Ato que autoriza a Contratação Direta nº 121/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1990438/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Currais Novos	12	48	120	<p>Contrato: 00068/2023 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3004/ Processo de Contratação: 23035.002342.2022-86 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/251070/ Contratação: Pregão SRP nº 28/2022 - IFRN/CN (UASG 158366) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1299805/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 21/2022 - IFRN/CN (UASG 158366) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1290598/</p>
Ipanguaçu	12	180	240	<p>Contrato: 00117/2023 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3058/ Processo de Contratação: 23037.000888.2023-63 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/300804/ Contratação: Pregão (SRP) nº 02/2023 - IFRN/MO (UASG 158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1386341/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 3/2023 - IFRN/MO (UASG 158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1355777/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
João Câmara	24	288	-	<p>Contrato: 00045/2020</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/2321/</p> <p>Processo de Contratação: 23134.001168.2020-74</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/150333/</p> <p>Contratação: Pregão nº 03/2019 - IFRN/JC (UASG 158373)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/766068/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP elaborado por IFRN/SGA (UASG 154582)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/766066/</p>
Jucurutu	0	0	0	Não se aplica. Será a primeira contratação para este campus/unidade.
Lajes	12	60	96	<p>Contrato: 00321/2024</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3600/</p> <p>Processo de Contratação: 23421.005158.2024-04</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/382791/</p> <p>Contratação: Ato que autoriza a Contratação Direta nº 121/2024</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1990438/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Macau	12	60	96	<p>Contrato: 00134/2024</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3416/</p> <p>Processo de Contratação: 23135.001591.2023-15</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/313161/</p> <p>Contratação: Pregão nº 01/2023 - IFRN/MC (UASG 158375)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1751800/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP - IFRN/MC (UASG 158375)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1748845/</p>
Mossoró	12	120	180	<p>Contrato: 00117/2023</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3051/</p> <p>Processo de Contratação: 23093.001335.2023-53</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/300808/</p> <p>Contratação: Pregão (SRP) nº 02/2023 - IFRN/MO (UASG 158365)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1386341/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP nº 3/2023 - IFRN/MO (UASG 158365)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1355777/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Natal- Central	36	44	151	<p>Contrato: 00379/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3646/ Processo de Contratação: 23057.007661.2024-91 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/377619/ Contratação: Ato que autoriza a Contratação Direta nº 32/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/2017843/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 67/2024 - IFRN/CNAT (UASG 158369) Link: suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/2005283/</p>
Natal- Centro Histórico	12	60	60	<p>Contrato: 00065/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3341/ Processo de Contratação: 23466.000332.2023-17 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/287423/ Contratação: Pregão nº 01/2023 - IFRN/CAL (UASG 152711) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1686774/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 35/2023 - IFRN/CAL (152711) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1654792/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Natal- Zona Leste	24	43	68	<p>Contrato: 00068/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3348/ Processo de Contratação: 23057.002419.2024-21 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/347967/ Contratação: PREGÃO (SRP) nº 00002/2023 (UASG 158369) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1737167/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 32/2023 - IFRN/CNAT (UASG 158369) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1624122/</p>
Natal- Zona Norte	12	12	48	<p>Contrato: 00110/2021 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/2598/ Processo de Contratação: 23058.001844.2020-60 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/168943/ Contratação: Pregão nº 01/2021- IFRN/ZN (UASG 158368) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/823185/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 9/2021 - IFRN/ZN (158368) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/801473/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Nova Cruz	12	108	120	<p>Contrato: 00083/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3382/ Processo de Contratação: 23426.002141.2023-66 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/324161/ Contratação: DL nº 90002/2024 - IFRN/NC (UASG 152757) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1768210/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>
Parelhas	12	60	96	<p>Contrato: 00321/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3600/ Processo de Contratação: 23421.005158.2024-04 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/382791/ Contratação: Ato que autoriza a Contratação Direta nº 121/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1990438/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Parnamirim	12	60	96	<p>Contrato: 00088/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3402/ Processo de Contratação: 23424.002356.2023-05 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/317121/ Contratação: DL nº 90001/2024 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1772131/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>
Pau dos Ferros	12	120	120	<p>Contrato: 00230/2023 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3157/ Processo de Contratação: 23137.001773.2023-68 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/315727/ Contratação: Pregão (SRP) nº 02/2023 - IFRN/MO (UASG 158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1386341/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 3/2023 - IFRN/MO (158365) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1355777/</p>

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
Santa Cruz	12	120	120	<p>Contrato: 00044/2024</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3303/</p> <p>Processo de Contratação: 23138.000727.2023-31</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/296839/</p> <p>Contratação: Pregão nº 01/2023 - IFRN/SC (UASG 158372)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1675649/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP nº 1/2024 - COSGEM/DIAD/DG/SC/RE/IFRN</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento/664404/</p>
São Gonçalo do Amarante	12	144 -		<p>Contrato: 00050/2021</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/2510/</p> <p>Processo de Contratação: 23425.000461.2021-20</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/186517/</p> <p>Contratação: Pregão nº 03/2019 - IFRN/JC (UASG 158373)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/766068/</p> <p>Estudo técnico preliminar: ETP elaborado por IFRN/SGA (154582)</p> <p>Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/766066/</p>
São Miguel	0	0	0	Não se aplica. Será a primeira contratação para este campus/unidade.

Campus / Unidade	Qtde. de postos de serviço mensal	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Documentos da contratação
São Paulo do Potengi	12	96	168	<p>Contrato: 00086/2024 Link: https://suap.ifrn.edu.br/contratos/contrato/3366/ Processo de Contratação: 23515.001200.2023-80 Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/317104/ Contratação: DL nº 90002/2024 - IFRN/SPP (UASG 154840) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1770606/ Estudo técnico preliminar: ETP nº 41/2023 - IFRN/PAR (UASG 152756) Link: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1475744/</p>
Touros	0	0	0	Não se aplica. Será a primeira contratação para este campus/unidade.

ANEXO IV
Quadro comparativo entre as contratações anterior e atual

Campus/Unidade	Contratação anterior [1]			Contratação atual [2]		
	Qtde. de motoristas	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite	Qtde. de motoristas	Qtde. de diárias com pernoite	Qtde. de diárias sem pernoite
Reitoria	3	288	432	3	288	432
Apodi	1	120	180	1	130	70
Caicó	1	96	96	1	96	96
Canguaretama	1	72	120	1	72	120
Ceará-Mirim	1	24	84	1	24	84
Centro de Tecnologia Mineral (situado em Currais Novos)	1	96	144	1	50	60
Currais Novos	1	48	120	1	48	120
Ipanguaçu	1	180	240	1	96	144
João Câmara	2	288	-	2	288	180
Jucurutu	0	0	0	1	96	96
Lajes	1	60	96	1	60	96
Macau	1	60	96	1	50	120
Mossoró	1	120	180	1	120	180
Natal-Central	3	44	151	3	50	220
Natal-Centro Histórico	1	60	60	1	55	60
Natal-Zona Leste	2	43	68	2	80	90
Natal-Zona Norte	1	12	48	1	24	80
Nova Cruz	1	108	120	1	72	132
Parelhas	1	60	96	1	60	96
Parnamirim	1	60	96	1	60	96
Pau dos Ferros	1	120	120	1	120	120
Santa Cruz	1	120	120	1	84	96
São Gonçalo do Amarante	1	144	-	1	72	96
São Miguel	0	0	0	1	96	144
São Paulo do Potengi	1	96	168	1	96	168
Touros	0	0	0	1	96	144
Umarizal	0	0	0	1	96	144
Total	29	2319	2835	33	2479	3484

Notas explicativas:

[1] Dados obtidos em levantamento feito através do SUAP.

[2] Dados obtidos em planilha no OneDrive, alimentadas por servidores dos campi/unidades participantes, ali identificados. A planilha pode ser acessada através do link:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/139YFV8g8->

ANEXO IX

Análise dos custos estimados para cada item, com base no fator K

De acordo com o Relatório nº: 201505019 da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, o Fator K é "um indicador de gestão de economicidade aplicável aos dispêndios com serviços terceirizados, de natureza contínua e que envolvam a alocação de empregados nas instalações da unidade contratante". Este fator indica "quantos reais foram pagos pela Administração à contratada para cada real pago por esta ao trabalhador" (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11575.pdf>). Vale destacar que conforme Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR, "não existe um percentual fixo para o Fator K, pois este depende da estrutura de composição de preço definida tanto por requisitos legais quanto estratégicos da empresa" (https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/estrutura/secretaria_de_controle_interno/arquivos/normativos/NT%20SEI%200497655%20.pdf/view).

O fator K é calculado dividindo-se o custo total do trabalhador no mês (ou seja, o valor mensal por empregado, obtido na PCFP) pela remuneração total (módulo 1 da PCFP) do mesmo trabalhador.

Ainda conforme o Relatório citado, "por convenção, são admissíveis os valores situados nas faixas de 3,0 a 3,5, nos contratos de limpeza/manutenção, e de 2,5 a 2,7, nos demais contratos". O referido Relatório esclarece que "a diferença deve-se à inclusão, no primeiro caso, do valor dos materiais consumidos na atividade executada".

Análise dos dados da contratação

Na tabela a seguir, está demonstrado o fator K apenas para o motorista (item 1). Vale destacar que este é o único item em que é cabível esta análise, uma vez que o fator K leva em consideração o valor mensal por empregado.

Tabela 1 - Fator K para o motorista (item 1)

Item	Posto	Composição da remuneração (A)	Valor mensal por empregado (B)	Fator K (B/A)
1	Motorista	2.987,84	7.425,91	2,49

Fonte: Elaboração própria

Esclarecemos que o fator K de 2,49 é admissível uma vez que está bem próximo da faixa entre 2,5 a 2,7, estabelecida no relatório da CGU citado. Vale destacar que insumos previstos são basicamente os uniformes a serem utilizados pelo prestador.

ANEXO V
Memória de cálculo das quantidades a serem contratadas

Item	Descrição	Unid. fornec.	1ª variável		2ª variável		Resultado		Memória de cálculo
			Descrição	Valor	Descrição	Valor	Descrição	Valor	
1	Motorista, categoria D, com jornada de 44 horas semanais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço mensal	Qtde. de motoristas [1]	33	Vigência inicial do contrato em meses	24	Postos de serviço mensal	792	Qtde. de motoristas [1] x Vigência inicial do contrato em meses => 33 x 24 => 792 postos de serviço mensal (durante a vigência inicial do contrato)
2	Motorista eventual, categoria D, com jornada média de 8 horas e 48 minutos por dia, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço diário	Qtde. anual de diárias de serviço do motorista eventual [2]	1620	Vigência inicial do contrato em anos	2	Diárias de serviço do motorista eventual	3240	Qtde. anual de diárias de serviço do motorista eventual [2] x Vigência inicial do contrato em anos => 1620 x 2 => 3240 diárias de serviço do motorista eventual (durante a vigência inicial do contrato)
3	Diária com pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	Qtde. anual de diárias de viagem com pernoite [1]	2479	Vigência inicial do contrato em anos	2	Diárias com pernoite	4958	Qtde. anual de diárias de viagem com pernoite [1] x Vigência inicial do contrato em anos => 2479 x 2 => 4958 diárias com pernoite (durante a vigência inicial do contrato)
4	Diária sem pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	Qtde. anual de diárias de viagem sem pernoite [1]	3484	Vigência inicial do contrato em anos	2	Diárias sem pernoite	6968	Qtde. anual de diárias de viagem sem pernoite [1] x Vigência inicial do contrato em anos => 3484 x 2 => 6968 diárias sem pernoite (durante a vigência inicial do contrato)
5	Horas eventuais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Mês	Qtde. de motoristas [1]	33	Vigência inicial do contrato em meses	24	Unid. ou combo de horas eventuais mensais por motorista	792	Qtde. de motoristas [1] x Vigência inicial do contrato em meses => 33 x 24 => 792 unid. ou combo de horas eventuais mensais por motorista (durante a vigência inicial do contrato)

Nota explicativa:

[1] Conforme total demonstrado no Anexo II do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

[2] Conforme item 7.2 do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

ANEXO VI

Memória de cálculo da quantidade mensal de horas eventuais e do seu valor total (mês) por prestador

Na contratação anterior do campus Natal-Central, foi necessário pagar a um prestador, que estava sendo demitido, horas eventuais não compensadas.

Considerando esta experiência, na presente contratação haverá a previsão para pagamento de horas eventuais, que não foram compensadas através do banco de horas.

Esclarecemos que devido às características de uma viagem (distância, data e horário de chegada no destino etc) pode ser necessário iniciar ou encerrar uma viagem em um domingo ou feriado ou durante a noite, por exemplo.

Assim, foram previstas a ocorrências das seguintes horas eventuais, as quais serão tipificadas conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Tipos de horas eventuais nesta contratação e especificação

Tipo	Especificação
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)

Fonte: Elaboração própria

Tomando como base uma semana (de domingo a sábado), atribuímos para cada hora uma ou mais das classificações elencadas na tabela anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo. Foi utilizada como base uma semana sem feriado, por ser a configuração mais provável, uma vez que o feriado é uma situação excepcional. Outro ponto é que a convenção coletiva de trabalho trata o feriado como o dia de domingo para fins de remuneração ao trabalhador.

Tabela 2 - Tipificação de horas eventuais por dia da semana

hora	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
0:00 às 1:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
1:00 às 2:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
2:00 às 3:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
3:00 às 4:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
4:00 às 5:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
5:00 às 6:00hs	E	C	C	C	C	C	C
6:00 às 7:00hs	E	C	C	C	C	C	C
7:00 às 8:00hs	E	C	C	C	C	C	C
8:00 às 9:00hs	E	C	C	C	C	C	C
9:00 às 10:00hs	E	C	C	C	C	C	C
10:00 às 11:00hs	E	C	C	C	C	C	C
11:00 às 12:00hs	E	C	C	C	C	C	C
12:00 às 13:00hs	E	C	C	C	C	C	C
13:00 às 14:00hs	E	C	C	C	C	C	C
14:00 às 15:00hs	E	C	C	C	C	C	C
15:00 às 16:00hs	E	C	C	C	C	C	C
16:00 às 17:00hs	E	C	C	C	C	C	C
17:00 às 18:00hs	E	C	C	C	C	C	C
18:00 às 19:00hs	E	C	C	C	C	C	C
19:00 às 20:00hs	E	C	C	C	C	C	C
20:00 às 21:00hs	E	C	C	C	C	C	C
21:00 às 22:00hs	E	C	C	C	C	C	C
22:00 às 23:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D
23:00 às 0:00hs	B	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D	A/D

Fonte: Elaboração própria

Após a distribuição, contabilizamos a quantidade de horas conforme o tipo. Os resultados estão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 3 - Quantidade de horas eventuais por tipo

Tipo	Especificação	Qtde. de horas
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	0
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)	7
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)	102
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	0
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)	17
A/D	Hora noturna ou hora-extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h) [1]	42
Total		126
Nota explicativa: [1] No levantamento feito na tabela anterior, a mesma hora pode ser tipificada como A ou D, dependendo do horário da jornada de trabalho do prestador naquele dia.		

Fonte: Elaboração própria

Como se pode perceber tabela acima, algumas horas podem ser tipificadas tanto como A (hora noturna, de segunda a sábado, das 22 às 5h) como D (hora extra noturna, de segunda a sábado, das 22 às 5h). Como estas horas tem valores diferentes e não temos dados para estimar a quantidade de cada tipo de hora, dividimos a quantidade encontrada para hora A/D (42) e atribuímos a cada um deste tipos de hora de hora a metade da quantidade (21).

Tabela 4 - Quantidade de horas eventuais por tipo com ajuste

Classificação	Especificação	Qtde. de horas/mês [1]	Percentual
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	21	12,50%
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)	7	4,17%
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)	102	60,71%
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	21	12,50%
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)	17	10,12%
Total		168	100,00%
Nota explicativa [1] No caso da quantidade de horas A ou D, como na tabela anterior, consta apenas a quantidade para cada hora, mas apenas a quantidade da hora A/D (42), foi atribuída para cada classificação a metade da quantidade encontrada (21).			

Fonte: Elaboração própria

Dados da experiência anterior

Para a demissão de um prestador de serviço em abril de 2025, foram pagas 26,27 horas-extras não compensadas, referente ao período de de 02/01 a 11/04/2025 (99 dias ou 3,3 meses). Assim, para fins de estimativa, consideraremos 27 horas eventuais (contemplando todas as classificações de horas relativas a esta contratação) durante um período de 3 meses, o que equivale a 9 horas eventuais/mês.

Quantidade estimada de horas eventuais

Considerando a quantidade mensal de horas eventuais com base na experiência anterior do campus Natal-Central, foi calculada a quantidade de horas de cada tipo de hora através do respectivo percentual. Os resultados estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 5 - Quantidade de horas eventuais nesta contratação

Tipo	Especificação	Percentual	Qtde. de horas
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	12,50%	1,125
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)	4,17%	0,375
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)	60,71%	5,46428571
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	12,50%	1,125
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)	10,12%	0,91071429
Total		100,00%	9

Fonte: Elaboração própria

Valor estimado de horas eventuais

Considerando a quantidade mensal de horas eventuais com base na experiência anterior do campus Natal-Central, foi calculada a quantidade de horas de cada tipo de hora através do respectivo percentual. Os resultados estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 5 - Valor mensal das horas eventuais

Tipo	Especificação	Qtde. de horas [1]	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	1,1	33,13	36,44
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)	0,4	6,62	2,65
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)	5,5	43,07	236,89
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	1,1	44,17	48,59
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)	0,9	57,42	51,68
Total		9	-	376,24

Nota explicativa

[1] Considerou-se 1 casa após virgula para facilitar os cálculos.

Fonte: Elaboração própria

ANEXO VII

Tabela comparativa entre a Conta-Depósito Vinculada e o Pagamento pelo Fato Gerador, com observações da equipe de planejamento da contratação

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Qual a base legal para os dois instrumentos?	IN nº 05/2017, art. 18, Anexo VII-B – Diretrizes específicas para elaboração do ato convocatório e Anexo XII - Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação;	IN nº 05/2017, art. 18, Anexo VII-B – Diretrizes específicas para elaboração do ato convocatório	
É possível escolher?	Sim, a opção é da instituição, desde que fundamentada no seu processo de aquisição, porém é obrigatória a adoção de um dos instrumentos;		
Como funcionam?	Determinadas rubricas são provisionadas através de recolhimento à uma conta-depósito onde os recursos ficam resguardados e somente serão liberados com expressa autorização do órgão contratante, mediante comprovação das despesas por parte da empresa;	A contratante se responsabiliza apenas pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos e após a sua devida comprovação;	
Qual a diferença básica?	O saldo da Conta-Depósito Vinculada, após comprovação de quitação dos encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, pertence à empresa;	Inexiste saldo remanescente;	
Previsão em edital?	Sim	Sim	
Envolvimento de agência bancária?	Sim para a abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada;	Não	Na cidade em que o órgão gerenciador está localizado, já está estabelecida uma agência (número 3795) do Banco do Brasil, especializada no Setor Público. É importante destacar que já temos outros contratos que movimentam conta-depósito vinculada nessa agência específica.
Quais rubricas são envolvidas?	13º salário, férias e 1/3 de férias, multa sobre o FGTS e incidência do submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 e 13º;	Férias, 1/3 de férias previsto na Constituição, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;	

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Funcionament o mensal?	Os percentuais depositados na conta vinculada são bloqueados, não compondo o pagamento à empresa;	O recurso só nasce na ocorrência do direito e da devida comprovação;	A adoção do PFG implica em uma necessidade premente de intensificar ainda mais o acompanhamento na gestão contratual por parte da fiscalização administrativa, no sentido de verificar a ocorrência de cada fato gerador e documentá-la.
Como acontece o pagamento das rubricas envolvidas?	Solicitação prévia da empresa, à cada ocorrência do direito, conferência e autorização da Administração para a liberação do valor correspondente devido;	Pagamento dos direitos aos empregados, envio da comprovação para conferência e ressarcimento da Administração;	O pagamento baseado no Fator Gerador pode acarretar custos adicionais significativos para a Administração Pública, uma vez que demanda o controle minucioso de diversas situações futuras e imprevisíveis, como licenças maternidade e paternidade, ausências por acidentes de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais.
Risco de apropriação dos valores referentes aos direitos dos empregados?	Sim, possibilidade de bloqueio dos valores em caso de condenação da empresa contratada em algum processo trabalhista. Esse fato só muda quando tivermos contratos sob a regência da nova lei de licitações.	Não.	Considerando que o pregão será licitado conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 (NLLC), é importante destacar que há um risco nulo associado à utilização da Conta Vinculada nesse contexto. Conforme disposto no Art. 121, § 4º, da referida lei, "os valores depositados na conta vinculada mencionada no inciso III do § 3º deste artigo são completamente impenhoráveis."
Economia entre o valor contratado e o liquidado?	Não	Sim, pelo não pagamento das verbas previstas e que não tiveram ocorrência durante o contrato;	A princípio, há uma economia teórica com o pagamento pelo Fator Gerador. No entanto, dado que os contratos na NLLC podem se estender por até 10 anos e muitos dos custos previstos, não utilizados no primeiro ano no formato da conta vinculada, são reservados para uso em períodos subsequentes em vez de serem descartados. Se os eventos geradores desses custos não se concretizarem, eles não são renováveis para os anos subsequentes do contrato. No entanto, há uma considerável possibilidade de que esses custos sejam utilizados ao longo do contrato, ou seja, de que os eventos geradores desses custos ocorram. Portanto, ao avaliar um contrato com uma duração de 10 anos, é difícil determinar se a opção pelo fator gerador realmente resulta em economia ou não. Em que pese o aumento dos custos administrativos da gestão do contratual, associado à adoção do PFG, conforme já tratado acima, observa-se a ausência de experiências organizacionais que endossem a vantagem deste modelo, frente à conta-depósito vinculada, considerando também estes custos.
Atuação da fiscalização administrativa com relação à planilha de cálculo	Conhecimento básico	Conhecimento aprofundado sobre as movimentações (exclusão e inclusão de custos) e reflexos nas tributações;	No campus Natal-Central, a equipe de fiscalização administrativa opera com um quadro reduzido de servidores, considerando o volume de contratos que envolvem dedicação de mão de obra exclusiva, a diversidade de postos contratados e a quantidade de colaboradores terceirizados. Ademais, a equipe possui um conhecimento sob o PFG que varia entre o nível básico e intermediário.

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Grau de amadurecimento da equipe de planejamento com relação ao instrumento de risco?	Normal	Aprendizado contínuo para prever as situações de adequação e melhores soluções a serem previstas no processo de contratação;	A equipe de Planejamento da Contratação carece de expertise na elaboração de planilhas de custos e formação de preços (PCFP) para contratações que empregam o fator gerador, uma vez que há diferenças na PCFP no módulo 3 e também nos sub-módulos 2.1 e 4.1 advindas da utilização do PFG. Além disso, a maioria dos manuais sobre a PCFP elaborados pelo Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos) utiliza a Conta Vinculada como parâmetro, o que dificulta a implementação do fator gerador, devido a falta de orientações sobre o assunto.
Notas explicativas:			
[1] Informações extraídas de tabela constante na aula 2 do bloco 2 (p. 22) do ebook "Contratos Administrativos: pagamento pelo fato gerador" (https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/EBOOK_MINISTERIO_ECONOMIA/index.html).			
[2] Elaboração própria, com base no Ementário de Gestão Pública nº 2.412 – Ementário de Gestão Pública (https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/64804/1/Ementario_2412_2021.pdf).			

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO VIII**Situação das atividades a serem contratadas no plano de carreira do órgão e na portaria nº 443/2018 do MPDG**

Item	Função	CBO	Área(s) abrangida(s) pela Portaria nº 443/2018 do MPDG (que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta)	Cargo com maior compatibilidade no PCCTAE	Situação do Cargo no PCCTAE [1]
1	Motorista	7824-05	XXVIII - transportes	Motorista	Extinto, conforme art. 1º da Lei nº 9.632/1998.

Documento Digitalizado Público

Apêndice X - ETP com anexos

Assunto: Apêndice X - ETP com anexos
Assinado por: Humberto Junior
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR**, em 07/11/2025 18:45:25.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/11/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2381857
Código de Autenticação: 1447c530d6

